

“Plebiscito já”, o pedido de Amato



Ronaldo Caiado



Mário Amato

Plebiscito já para a população se manifestar sobre a duração do mandato presidencial, sistema de governo, eleições gerais e voto distrital. A proposta foi feita ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, na reunião extraordinária com os componentes do Fórum Informal, durante recepção ao governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Segundo Amato, este plebiscito teria de ser patrocinado pelo governo e deveria estar na rua dentro de um mês, no máximo.

Mário Amato pretende levar sua proposta à próxima reunião do Fórum Informal (que, além da Fiesp, reúne a Federação Agrícola, a Sociedade Rural Brasileira, a Bolsa de Valores de São Paulo, a Associação Comercial, o Sindicato dos Bancos, a Federação do Comércio e o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários e de Cargas), quando haverá uma discussão interna a respeito.

“Como presidente de uma entidade empresarial, fico dando opinião sobre esses assuntos, mas quem tem

que opinar, na verdade, é o povo. Ele é quem tem de ser consultado, a sociedade toda é quem tem de se manifestar”, disse Amato. Se a tese for aprovada pelo Fórum Informal, a proposta será levada por diversos canais por seus representantes ao governo e à Assembléia Nacional Constituinte.

De acordo com o presidente da Fiesp, há um descontentamento geral da população com relação às instituições: “Dizem que há risco para a Nação, mas não vejo essa possibilidade. Creio que o País está vivendo um processo de deterioração”. O plebiscito proposto pelo presidente da Fiesp é bastante abrangente, devendo consultar a população sobre o mandato do presidente da República, mas aprofundando a questão ao sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), possibilidade de eleições gerais e também se a população pretende que o voto distrital seja adotado.

Segundo Mário Amato, a idéia é importante porque colocaria a democracia na prática. Ele acha que a de-

mocracia “não se proclama, se processa, se pratica, e nessa hora em que vivemos é mais do que o momento de a praticarmos mesmo”. O presidente da Fiesp lembrou o perigo do retrocesso, tema que tem sido abordado com frequência pelo governador de Alagoas, presente à reunião de ontem. “Infelizmente, já está ocorrendo um retrocesso político, econômico e social, lamentavelmente. O que o ilustre governador vem pregando é, a meu ver, quase uma radiografia do que está acontecendo na Nova República.”

Outros líderes empresariais também se manifestaram sobre a situação política do País, como o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo da Rocha Azevedo, também participante do Fórum Informal, que defendeu a realização de eleições gerais em todos os níveis, apolando o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. “Falta credibilidade a este governo e isso é visível”, opinou Azevedo. “E, por isso mesmo, o governo não tem condições de mudar mais nada no País.”

Manifestação em Brasília reúne três mil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Cerca de três mil pessoas participaram ontem do comício “em defesa dos direitos do povo na Constituição”, realizado na praça Lúcio Costa, em frente ao Conjunto Nacional de Brasília. A manifestação contou com a presença do candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, dos líderes do PDT, Brandão Monteiro; do PCB, Roberto Freire; do PC do B, Haroldo Lima e outros parlamentares. Todos criticaram o Centrão e a corrupção que atinge órgãos federais.

Organizado pela Frente de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares pelos Direitos do Povo na Constituição, o comício foi convocado para defender as emendas populares, as conquistas obtidas na Comissão de Sistematização e as eleições diretas para presidente da República e governador do Distrito Federal. Diversos oradores convidaram a população a participar do ato marcado para o dia 4, quando a entidade pretende promover um “abraço ao Congresso”, com os manifestantes dando-se as mãos em volta da Casa.

Em seu discurso, o deputado Haroldo Lima chamou de “feudais” as emendas do Centrão e afirmou que elas representam um retrocesso maior do que a Constituição de 1967. Paulo Delgado (PT-MG) pediu a prisão dos corruptos, chegando a fazer referência ao ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira. Algumas ausências foram notadas, como a de Jair Meneghell, presidente nacional da CUT, e a dos deputados de Brasília Maurício Corrêa (PDT) e Augusto de Carvalho (PCB). Segundo justificativas apresentadas, eles estão em missão parlamentar no Oriente Médio.

A Polícia Militar levou para as imediações da praça Lúcio Costa 15 ônibus e seis viaturas da Patrulha Tático Móvel. A única movimentação dos policiais, no entanto, foi a de formar um cordão de isolamento diante do centro comercial, pouco antes do discurso de Lula, que encerrou o comício. Não foi registrado nenhum distúrbio durante a manifestação.